

A BARRAGEM BANGUÊ COMO FIO CONDUTOR NA URBANIZAÇÃO DE ASSARÉ: CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA ANTIRRACISTA

Maria Ismênia Leite de Sousa¹

Ismenialeite.2020@gmail.com

Henrique Cunha Júnior²

hcunha@ufc.br

RESUMO

O presente estudo apresenta a possibilidade de construção de uma educação geográfica antirracista vinculada as potencialidades da população negra na produção dos espaços urbanos. Desta forma, a pesquisa tem como objetivo, identificar as afrodescendências presentes no patrimônio material de Assaré- CE, a partir de uma análise sistematizada da Barragem Bangüê na produção de um ensino geográfico antirracista. Para realização deste estudo, utilizamos a metodologia da pesquisa de campo com uso de entrevistas narrativas com homens guardiões das memórias do lugar, associada ao estudo das afrodescendências para compreensão das heranças africanas transplantadas na diáspora, através dos povos que povoaram este território com a realização do trabalho da mão de obra na produção da cultura e patrimônio local. Diante das ideologias fundamentadas e impostas pela população dominante na origem das cidades cearenses, há um desconhecimento em reconhecer a existência da escravização na origem da cidade. Assim, apontando caminhos para uma revisão étnico-espaacial na formação urbana do lugar, a partir do processo de construção da barragem Bangüê, na produção de um ensino geográfico antirracista ancorada no que orienta a Lei 10.639/03 vinculada as relações raciais.

Palavras-chave: Barragem Bangüê; formação urbana de Assaré; afrodescendência; ensino de geografia.

1 INTRODUÇÃO

¹ Mestranda em Educação pela Universidade Regional do Cariri- URCA. Estudante. Assaré. Ceará. Brasil. E-mail: ismenialeite.2020@gmail.com. ORCID: 0009-0002-9780-0313.

² Pós- doutoramento em Engenharia - Universidade Técnica de Berlin - Bolsista DAAD - do governo Alemão (1985). Professor Titular da Universidade Federal do Ceará. (1994). Fortaleza. Ceará. Brasil. E-mail: hcunha@ufc.br. ORCID: 0000-0002-9664-5545.

A problemática da seca é um dos fatores que sempre afetou a população mais pobre das cidades do Nordeste brasileiro. No entanto, a construção de reservatórios artificiais vem sendo a forma mais utilizada para captação e armazenamento de águas no período chuvoso para abastecimento e desenvolvimento para condição de convivência nesta região. Assim, considerando a dinâmica climática nesta região, a condição para desenvolvimento das cidades sempre esteve relacionada à situação hídrica. A seca sempre foi um fator relevante para agravamento da condição social de grupos demarcados territorialmente na cidade de Assaré-CE.

O território onde está localizada a cidade de Assaré, uma cidade pertencente a região do Cariri cearense, tendo os seus primeiros registros de povoamento por volta do ano de 1775, ano em que Alexandre da Silva Pereira adquire posse desse território, decorrente da doação de terras das sesmarias denominada Geremoabo. As sesmarias foi um sistema utilizado pela coroa portuguesa com intuito de povoar o interior brasileiro. Diante do crescimento populacional no vilarejo, o colonizador de origem portuguesa Alexandre da Silva Pereira, passou a ser questionado por fazendeiros da região, sobre a localidade em que estava sendo desenvolvida a urbanização da cidade, considerando a ausência de um reservatório hídrico para abastecimento da população. Entre eles Manoel Fernandes de Oliveira (gerente da fazenda São Miguel) e Gonçalo Batista Vieira (o Barão de Aquiraz) proprietário da fazenda Infincado, uma causa que foi encaminhada para ser julgada pela justiça do Ceará.

Diante da necessidade para abastecimento da população urbana do lugar, em julho do ano de 1842, foi construída a Barragem Banguê, por determinação de Alexandre da Silva Pereira e com o trabalho realizado por mão de obra escravizada. O nome dado à barragem por Alexandre, por Barragem Nossa Senhora Das Dores em homenagem à padroeira da localidade de origem dos seus familiares em Portugal não foi reconhecido pela população de Assaré, sendo o nome de Banguê³, dado por homens trabalhadores na construção do reservatório, ficando conhecido popularmente no lugar. A barragem do Bangüê foi uma construção com uso de técnicas e mão de obra escravizada do lugar, como informa moradores mais antigos do município, mas que foi reconhecida na história local como uma obra de origem de Alexandre da Silva Pereira, “fundador” do lugar, na época com idade de 94 anos, sendo a pessoa que detinha o poder das terras locais.

³ Banguê: Padiola usada para levar materiais de construção

Desta forma, somente no ano de 1863, deu-se o julgamento da causa movida contra Alexandre sobre a localização urbana do território de Assaré, através de plebiscito popular. Sobre a participação da comunidade na consulta pública, Melo (2019) informa. “o voto era facultado apenas para alfabetizados”. A grande massa da população era formada por analfabetos e escravos não votantes. Naquela época, as mulheres também não tinham direito ao voto”. Diante do que informa o autor, a população de Assaré nesse período era composta em sua maioria por analfabetos, escravizados e mulheres, pessoas a quem lhes foram negados os direitos básicos ao exercício da cidadania, um período em que predominava no país o sistema imperialista.

O resultado do plebiscito deu ganho de causa para Alexandre da Silva Pereira, já falecido nesse período, permanecendo a área urbana do lugar no lugar determinado pelo dominador. Em decorrência dessa causa que tramitava na justiça, retardou o processo de emancipação política do lugar, sendo em 19 de julho do ano de 1865 Assaré tornou-se emancipado politicamente. Diante do processo de desenvolvimento do vilarejo com o crescimento das construções de casas com uso da tecnologia em taipa em que foi originando ruas, centro comercial e urbano e o bairros (Alto do Banguê) com a presença de moradores com menor condição econômica da cidade. Desse modo, a Barragem do Banguê representa um importante marcador de divisor social neste território.

Diante do histórico de apagamento local sobre as contribuições da população negra escravizada no desenvolvimento civilizatório da cidade, pela educação formal, este estudo trata em problematizar no ensino de geografia a discussão sobre os paradigmas para urbanização do lugar e os vínculos estabelecidos com a construção da Barragem Banguê. Este estudo tem como objetivo, identificar a existência das afrodescendências presentes no patrimônio material do lugar a partir de uma análise sistematizada sobre a construção da Barragem Banguê para o ensino de geografia.

Para desenvolvimento deste estudo, utilizamos a metodologia da pesquisa de campo associada a história oral com uso de entrevistas narrativas com homens guardiões da memória do lugar, ancorada aos estudo das afrodescendências em Cunha Júnior(2001) para identificação da existência de grupos sociais subalternos na produção das espacialidades, considerando o patrimônio material na formação da urbanização do lugar. A construção da Barragem Banguê apresenta-se como importante patrimônio material, vinculado a história e

cultura da população negra que povoaram este território junto ao “fundador” do lugar, mas que tiveram sua história invisibilizada nas memórias e história do município.

No desenvolvimento do estudo de campo, foram realizadas entrevistas narrativas com moradores guardiões das memórias locais para valorização da história oral na produção de conhecimentos sobre as memórias do lugar e compreensão de como as heranças africanas são tratadas nessas memórias da produção das espacialidades urbanas locais. Desta forma, apontando a necessidade de uma revisão étnico-espacial das memórias na origem da cidade, para reconhecimento e valorização do pertencimento identitário da população negra na civilização do lugar. Uma história silenciada no processo histórico do lugar e legitimada através da educação formal, com ausência de práticas pedagógicas no aprofundamento da construção das espacialidades e origem do lugar contemplando todos os povos.

Iniciamos por propor um novo roteiro geográfico afrocentrado nas espacialidade da cidade de Assaré, com foco na existência de grupos subalternos socialmente, mapeando desde a construção da Barragem Banguê, vinculada a urbanização do lugar. Entendemos que a área urbana de Assaré, apresenta em seu patrimônio material uma arquitetura antiga, com traços e técnicas de origem africana que foram transplantadas para a cultura brasileira através da diáspora. A área urbana da cidade apresenta marcos importantes relacionados à história e cultura negra do lugar, como uso das tecnologias utilizadas nas construção dos antigos casarões e prédios públicos da cidade, além da presença do patrimônio imaterial.

Um estudo que mapeia a Barragem Banguê em suas subjetividades, considerando sua existência e contribuições para o desenvolvimento do lugar por um período aproximado de 155 anos, tornando-se importante demarcador social e territorial. Na atualidade, o reservatório encontra-se demolido em decorrência da poluição ocasionada com o crescimento urbano desordenado da cidade e da ausência de efetivação das políticas ambientais, seu solo continua reproduzindo desigualdades territoriais.

2 A BARRAGEM BANGUÊ NA PRODUÇÃO DE TERRITÓRIOS NEGROS

A construção da Barragem Banguê deu-se decorrente da pressão exercida por fazendeiros da região a Alexandre da Silva Pereira, questionando a ausência de um reservatório hídrico para abastecimento da população na localidade em que estava sendo desenvolvida a área urbana do lugar. Entre essas pessoas, está o gerente da fazenda São Miguel(1813), Coronel Manoel Fernandes de Oliveira, alegando não conhecer cidade que não

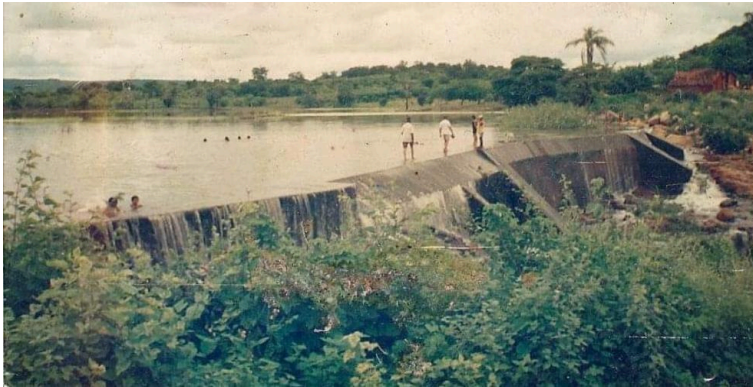
fosse localizada próximo a um reservatório hídrico. Em seguida, o coronel Gonçalo Batista Vieira (Barão de Aquiraz) , um homem influente na política do Estado do Ceará, passou a questionar sobre o local da urbanização de Assaré deveria ser a partir da lagoa do Infincado, lugar em que o Barão tinha sua fazenda, predominando nos dias atuais em estado de ruína a casa grande do Infincado. Esses fazendeiros tinham interesse em desenvolver a urbanização do lugar a partir da localidade de suas fazendas.

Essas cobranças terminaram despertando em Alexandre a necessidade em desenvolver a construção de um reservatório para acúmulo de água, assegurando o abastecimento da população no período de estiagem e continuidade do desenvolvimento do lugar. Um desenvolvimento marcado com a participação da população escravizada que povoaram este território junto a Alexandre no século XVIII. Na atualidade, são diversos os fatores que remetem a barragem ser um importante marco vinculado à história e cultura da população negra do lugar. Um período em que as cidades do interior estavam sendo desenvolvidas sobre o domínio europeu, mas com uso de mãos escravizadas na produção do trabalho explorado na civilização do lugar.

O reservatório foi construído no ano de 1842 na localidade dos encontros dos riachos do cajueiro, Serrinha dos Dias, Viração, Pocinhos e Lagoa da Pedra, concentrando um grande volume de água na localidade conhecida por Alto, tendo uma capacidade de abastecimento da população em até 2 anos seguidos na ausência de chuvas. A localidade era uma área pouco povoada, ficando a uma distância aproximada de 1km da primeira rua do vilarejo, a atual Rua Alexandre da Silva Pereira. A origem do nome Banguê, vem de padiola, segundo moradores mais antigos, instrumento utilizado por escravizados carregando no ombro material na construção da parede da barragem. A padiola (bangüê) é um instrumento feito do couro de boi tendo formato em espécie de rede presa a dois pedaços de madeira em que dois trabalhadores carregavam ao ombro com material(barro, rochas e cal) para erguer a parede.

Em entrevista realizada com o Senhor Djacir Augusto, reconhecido mestre da oralidade local, o mesmo afirma ter lembrança que nos anos 1960 e 1970, as áreas de próximas da barragem do Banguê, era pouco habitado, não havia ali ruas, tendo a presença de umas oito residências, sendo seus arredores com mata fechada em suas proximidades existia os caldeirões que acumulavam as águas das chuvas servindo para o consumo da população a tão valiosa água da chuva conhecida popularmente. Naquele período a barragem tornava-se um pouco afastada da área urbana da cidade, servindo para abastecimento da população do lugar.

Figura 01: Imagem da Barragem Banguê nos anos 1980 no período chuvoso.



Fonte: arquivo dos pesquisadores

Durante o período chuvoso a barragem foi o grande atrativo da população, alguns se dirigiam até o local para ver o volume de água, outros para tomar banho e celebrar as chuvas que representavam fartura e boa colheita nas plantações. Segundo informa o professor e guardião da memória local, Hugo Brilhante em entrevista concedida, o mesmo afirma: o Banguê passou a ter relevância no lugar não apenas por abastecer a população, mas por ser um espaço de sociabilidade da juventude local até a década de oitenta do século XX, sua margem conhecida por beco dos couros, era espaço de banho e diversão da juventude em período de cheia.

Diante dos desafios apresentados e com a ausência de chuvas, moradores das áreas rurais passaram a migrar para a cidade, geralmente em busca de trabalho para sobrevivência no atravessamento da seca, na maioria das vezes trabalho informal ou em casa de família de maior poder aquisitivo do lugar. Com o crescimento migratório da população das áreas rurais para a cidade sendo intensificado por volta dos anos 1950, foi aumentando as residências na cidade e com isso impactando nos lençóis freáticos da barragem, decorrente da ausência de saneamento e infraestrutura.

As pessoas com maior condição financeira foram residir no centro da cidade, e as de menor poder econômico passaram a residir no alto do Banguê, seja em casas alugadas, por ser o aluguel mais acessível, seja na construção de suas próprias residências. Conforme Corrêa(2010), “os terrenos de maior valor são ocupados pelas melhores residências, enquanto a medida que o valor da terra diminui, a qualidade das residências diminui”. É o que pode ser observado no modelo de urbanização intensificado a partir da barragem com a ocupação do solo enquanto divisor social, ficando visível as desigualdades sobre esses espaços.

As pessoas com menor poder econômico em sua maioria pessoas negras, desempenhando trabalho pesado e mal remunerado, passaram a construir residências em áreas próximas ao Banguê devido ao valor do solo para essas pessoas adquirirem suas residências,

passando a fixar moradia nas proximidades da barragem, originando as primeiras ruas no bairro hoje denominada popularmente, Alto do Banguê. O bairro originou-se inicialmente com moradores em sua maioria trabalhadores na construção da barragem e que adquiriram terras para construção de suas casas, geralmente construções com uso de técnica da taipa, em terras doadas pela igreja católica, pois aquele território era de posse da igreja católica.

Desta forma se reproduzindo o processo de segregação sócio-espacial na formação das paisagens das cidades, em que os sujeitos ocupantes desses territórios, são identificados através da predominância da cor, formando um bairro com predominância de população negra. Sobre populações negras, Cunha Júnior(2023) define: “Portanto, podemos definir a população negra não apenas pela cor da pele ou pelos traços fisionômicos e sim pelas situações na história do país”. Esses moradores foram em sua maioria pessoas com baixo poder aquisitivo e que passaram a sobreviver tirando o sustento a partir da barragem, entre eles homens pescadores e mulheres lavadeiras de roupas das residências de maior poder aquisitivo da cidade.

Figura 02- Registro das primeiras construções na formação do Bairro(alto do Banguê)



Fonte:arquivo dos pesquisadores

Sobre o processo da construção da barragem não há no lugar registro com nome de engenheiro ou de um profissional da área da construção civil, diante da localização ser em um ponto estratégico para captação de águas, apresentando uma arquitetura empírica com uso de técnica que remetem às utilizadas por escravizados nas construções civis, ficando reconhecido como a última obra realizada por Alexandre no local. Visto que nesse período as

cidades cearenses eram estruturadas com uma ideologia europeizada diante dos conhecimentos e do trabalho realizado por escravizados na civilização dessas cidades, sendo apropriado pelos dominadores como de sua autoria.

A construção da barragem tinha boa qualidade, resistindo do ano de sua inauguração (1842) até o ano 1917, não suportando o volume de água, chegando a romper, tendo que ser reconstruída. Sua reconstrução deu-se com a mobilização do Padre Emilio Cabral, então vigário da paróquia local, junto a doação de grãos e animais pela população local. Segundo afirma Alencar (2002), em 1917 o Padre Emílio fez grande campanha para angariar fundos para a reconstrução do velho Banguê. Desse período aos dias em que foi demolida sua parede a mesma rompeu-se outras vezes, causando grandes prejuízos aos moradores com plantações e até levando a morte de animais naquelas proximidades, decorrente do grande volume de água e da ausência de água, levando ao sofrimento da população.

As construções em áreas impróprias e a ausência de planejamento do “desenvolvimento” da cidade com a expansão urbana, na ausência de saneamento básico, ocorrendo lentamente a poluição das águas e morte da barragem. Com o passar dos anos a barragem foi perdendo sua importância e qualidade das águas sendo mais utilizada para o lazer da juventude e lavagem de roupas, profissão exercida por mulheres lavadeiras. Desta forma a cidade desenvolveu-se a partir da barragem e os resultados desse desenvolvimento impactando diretamente na qualidade das águas e morte do Banguê, uma importante obra invisibilizada na educação formal do lugar.

Figuras 03 e 04: Atual situação da área onde existiu a barragem



Fonte: Arquivo dos pesquisadores.

As imagens acima apresentam a atual situação da área onde existiu a barragem, curso de águas e seus afluentes na formação da barragem e invasão da urbanização desenfreada com construções em todas suas espacialidades. Em diálogo com antigos moradores do bairro, é

possível identificar sua nostalgia ao se tratar da relevância da barragem em suas vidas, permanecendo inseridos naquele espaço diante da sua relação de afeto com o lugar e com as pessoas ali existentes e suas relações construídas ao longo da vida. Como apresenta Raffestin (1993). Não se trata do “espaço”, mas de um espaço construído pelo ator que comunica suas intenções e a realidade material por intermédio de um sistema sêmico. Portanto, o espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, do território visto e/ou vivido. Assim, lamenta o Senhor Antônio Martins em que reside no bairro por mais de 50 anos, por sua impotência diante dos poderes do lugar em agir destruindo na demolição da parede da barragem, um reservatório permeado por sentimentos de pertença, relação social e identidade local, não consultando os moradores, nem considerando a relevância desta para a história do lugar.

Diante da ausência de uma política ambiental para preservação dessas áreas, foi sendo intensificado as construções nas áreas impróprias nos entornos e margens da barragem, ligando ao centro da cidade, sendo o fator mais agravante os esgotos das residências e de algumas instituições públicas as quais escoavam na bacia do Bangüê, que gradativamente foi poluindo as águas, até ficar em desuso da população local. No ano de 2017, diante de uma grande cheia, alagando a cidade, o gestor municipal ordenou que fosse demolido o que restava da parede da barragem, um reservatório desconhecido para a população mais jovem do lugar.

3 AS AFRODESCENDÊNCIAS NA ARQUITETURA URBANA DE ASSARÉ-CE

A história do desenvolvimento civilizatório das cidades brasileiras, apresentadas nas práticas pedagógicas omitiu a participação da população negra na civilização das cidades, reduzindo-os a escravizados, diante de um currículo europeizado hegemônico, como detentores de civilização. No estado do Ceará, existiu por muito tempo uma negação do pertencimento afrodescendente, uma ideologia reproduzida no desenvolvimento das cidades do interior. Como apresenta Ratts(1996). “ No caso do estado do Ceará que estudamos nas décadas de 1980 e 1990, o discurso acerca da étnicidade, raça e território, dizia que não havia índios nem negros”. Um discurso fortaleceu a perpetuação de uma política de negação nas cidades, produzindo desigualdades.

Assim, produzindo um apagamento dos conhecimentos e inteligência da população negra que povoaram estes territórios, sendo explorados de diversas formas desenvolvendo o trabalho forçado para reprodução de riquezas dessa região, produzindo desigualdades. Diante dessa realidade, há uma alienação de informação sobre o protagonismo dessas pessoas que contribuíram não apenas com a força do trabalho, mas através de suas inteligências e

conhecimentos que foi legitimado através da educação formal. Diante das ideologias eurocêntricas impostas através dos dominadores europeus tratando do desenvolvimento das cidades como de origem europeia, sendo ignorado todo trabalho exercido através da mão de obra escravizada. Assim, pouco se sabe na geo-história de Assaré sobre o protagonismo da população negra na civilização local e o reconhecimento desses conhecimentos na civilização do lugar.

A herança africana na formação do território urbano de Assaré, é uma pauta silenciada na história do lugar. Diante da negação da existência da escravização no território do lugar, impossibilitou no processo histórico o reconhecimento das heranças da população negra na civilização local. Entretanto, considerando o período de povoamento do território e o patrimônio do lugar, há uma diversidade de registros materializado através do patrimônio material e imaterial, evidenciando em seus traços e tecnologia utilizada, a existência e conhecimentos da população africana nesses registros.

O Nordeste do Brasil, uma região que reflete na cultura atual a herança dos conhecimentos africanos em diversos setores culturais, geográficos e históricos. Assaré, uma cidade localizada no interior do Ceará, sendo povoada no final do século XVIII, período em que as cidades brasileiras se formavam com a dominação européia e a realização do trabalho feito por mãos de escravizadas vinda para o país através do tráfico negreiro. Uma história tratada na educação formal, naturalizando a condição de escravizados no contexto de democracia racial na formação do povo brasileiro. Desta forma, a educação formal contribuiu com a ausência de informação sobre a origem das cidades, considerando as contribuições de todos os povos, fomentando as desigualdades perpetuadas neste país durante a pós-abolição.

O período do povoamento do território de Assaré, ocorreu ainda no século XVIII, período em que predominava no Brasil a dominação portuguesa, desenvolvendo uma produção econômica através da exploração do trabalho de homens e mulheres escravizados. O que reflete no desenvolvimento do lugar até seu centenário de emancipação política, no ano de 1965 com uma predominância de maior população em áreas rurais e com uma produção agrícola que remete às desenvolvidas por povos africanos na diáspora. Como informa Brilhante(2024), “À época do seu centenário, o Assaré era um dos maiores produtores de algodão do estado do Ceará, motivo este que levou a usina Montenegro a instalar-se em seu território, uma beneficiadora do produto, tornando-se um dos maiores compradores do algodão produzido no município”... Desta forma não só o algodão, como a mandioca na produção de farinha e a cana de açúcar, sendo destaque na produção de rapadura. Uma

economia fortalecida com o trabalho dos primeiros homens e mulheres que povoaram este lugar, visto não existir nesse período o uso de máquinas no manejo da agricultura.

Reconhecer esse pertencimento na cultura do lugar, através de mapeamento dessas áreas como proposta a ser desenvolvida através da pesquisa de campo, oportunizando a apreciação e o diálogo entre o campo da educação formal e da educação popular no reconhecimento da formação territorial e da produção civilizatória do lugar inserida em um pertencimento étnico- espacial, diversificando e fortalecendo a apropriação identitária dos estudantes sobre a formação geo-espacial do lugar. Através do ensino de geografia, pensar uma pedagogia com aprofundamento da discussão sobre essas afrodescendências na produção dos espaços urbanos do lugar vinculada a construção da barragem Banguê.

No entanto, são diversos os marcos relacionados à história e cultura da população negra que comprovam a presença dos afrodescendentes na cultura, geografia e história do lugar. Como informa Cunha Júnior(2023). “Os conhecimentos e as práticas de vida africana se transferiram para o Brasil nos diversos setores da vida rural e urbana”. Assim, compreendendo o desenvolvimento urbano do lugar, na produção arquitetônica com uso de tecnologias e técnicas da mão de obra desenvolvidas após a construção da barragem Banguê, em meados do século XIX, materializado através de casarões e centro urbano do lugar.

O uso das técnicas para construção das primeiras casas, incluindo a casa em que residiu Alexandre da Silva e demais casas que originaram o povoado e vilarejo, foram construídas com uso da taipa. Como nos informa Cunha Júnior (2010) “Adobe, taipa de pilão, taipa de mão são técnicas construtivas com terra crua para casas e edifícios, encontradas em grande escala no período colonial, mas em uso até hoje, e que foram introduzidas e difundidas no Brasil pelos africanos”. Todas essas tecnologias possibilitam identificar nos dias atuais através do patrimônio material presente nas construções com origem nos séculos XVIII e XIX. Sendo a taipa utilizada até os dias atuais por famílias de baixo poder aquisitivo, geralmente nas áreas periféricas da cidade para construção de suas residências.

4 USO DAS AFRODESCENDÊNCIAS NO ENSINO DE GEOGRAFIA

O histórico da educação brasileira, deu-se de forma desigual, negando condição de acesso a grupos subalternos socialmente, o que reflete na sociedade contemporânea através dos estigmas de inferioridade desses sujeitos, nas exclusões política, social, econômica e cultural. A região Nordeste do Brasil, historicamente apresenta-se como uma região com menos benefícios nos investimentos dos governos com aprofundamento de políticas de

combate às desigualdades diante de um modelo de desenvolvimento das cidades, baseado na exclusão e na segregação territorial.

Visto serem esses territórios dinâmicos diante dos sujeitos inseridos produzindo cultura e na formação geográfica com compreensão da cultura de todos os povos, desconstruindo essa alienação sobre a relevância da cultura afro-brasileira nesses territórios, conforme Souza(2016). “A cultura negra e afro-brasileira, na medida em que propicia ao professor(a) condições de rever práticas e posturas, conceitos e paradigmas na construção de uma educação antirracista que preze a diversidade e a igualdade racial”. Diante das ideologias geográficas tratadas no ensino de geografia, pouco se aprofunda em reconhecer as formações espaciais referenciando as questões étnico-raciais na formação das cidades.

O ensino de Geografia, uma disciplina que oportuniza a reflexão dos sujeitos e sua capacidade de produzir os espaços, através de sua cultura e história. Pensar uma educação geográfica que oportunize o desenvolvimento de uma pedagogia antirracista sobre a materialidade dos espaços afroreferenciados. Assim, a relevância do debate sobre as origens das formações espaciais em que os estudantes estão inseridos como proposta para compreensão dos aspectos e tecnologias utilizadas na origem desses espaços e sua importância na sociabilidade da população local, possibilitando a esses sujeitos o seu pertencimento identitário.

Desde 1950 com a intensificação do desenvolvimento industrial brasileiro existiu significativo crescimento das cidades em relação às ocupações dos espaços rurais. Sendo que na atualidade a maioria da população brasileira vive em cidades. O que torna a interpretação da geografia urbana um dos pontos fundamentais para compreensão de como se constituem as relações sociais. A história do Brasil foi produzida em consequência do escravismo criminoso relações assimétricas entre as populações negras e brancas essas se perpetuam na atualidade tornando a especificidade do urbano brasileiro diverso do europeu e do asiático como exemplos. Sendo mais um ponto que destaca a importância da nossa geografia urbana envolvendo as relações populacionais pautadas pelo racismo estrutural.

As tecnologias de base africana presente no desenvolvimento e origem das cidades que foram desenvolvidas no período colonial e imperial do território brasileiro, pouco se sabe sobre esses conhecimentos, decorrente do silenciamento existente na educação formal, tratando as civilizações das cidades como de base europeia. Mesmo com a importante conquista dos movimentos negros com a lei 10.639/03 que alterou a lei 9394/96 tornando obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira na educação básica. Fato que respalda a educação formal tratar do pertencimento étnico espacial na formação das cidades

da cultura da população considerando os conhecimentos de todos os povos que povoaram este território na produção dos espaços urbanos e rurais para constituição de práticas pedagógicas equitativas.

A ausência de aprofundamento na formação acadêmica dos cursos de licenciatura para a formação profissional, sobre os aspectos geográficos do continente africano, dificulta a esses profissionais a compreensão e identificação das africanidades na cultura das cidades, a ser estudado nas práticas pedagógicas como necessário para valorização da cultura afro-brasileira e reconhecimento identitário dos estudantes. Diante do histórico fundamentalismo europeu implantado na cultura brasileira decorrente da dominação européia, refletindo fortemente na educação formal diante de um currículo que ainda não trata da escravização no país por mais de trezentos anos como um dos principais fatores das desigualdades que vem sendo perpetuado na geo-história das cidades. O discurso da democracia racial, é uma forma de abrandar um sistema criminoso que fundamentou a produção de riquezas do país, e na formação do povo brasileiro. Em conformidade com

O mito da democracia racial, baseado na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as três raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a idéia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não brancas de terem consciência dos sutis mecanismo de exclusão da qual são vítimas na sociedade. MUNANGA (2020, p.83).

Desta forma foi se constituindo a sociedade brasileira, reproduzindo as ideologias europeias reverberando na educação formal, não permitindo o aprofundamento nas práticas pedagógicas sobre o sistema racista, escravista que foram inseridos a população negra nas civilizações das cidades. Assim, compreender as transformações espaciais com relevância nas questões étnico-raciais, no reconhecimento dos conhecimentos africanos materializados nas culturas das cidades, presentes nessas heranças Afro-Brasileiras que originaram as cidades. Desta forma efetivando o ensino da cultura africana e afro-brasileira no ensino de geografia a partir do desenvolvimento na origem do lugar, como proposta de fortalecer as potencialidades da população negra local.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo revelou a dificuldade apresentada por moradores do lugar em identificar as afrodescendências presentes na cultura, geografia e história de Assaré, através da sua cultura e traços africanos materializados através do patrimônio material. Diante de conceitos

ideológicos eurocêntricos de uma civilização única na formação das cidades. Uma herança negada na história do lugar, não sendo aprofundada na educação formal, sendo negligenciado no ensino de geografia sobre a formação espacial, ignorando o trabalho desenvolvido por escravizados na construção do lugar, tratando no contexto histórico todo desenvolvimento local enquanto de autoria do “fundador” do lugar.

Diante da naturalidade com que vem desaparecendo as memórias das heranças de origem africana na formação do lugar, apresentamos como proposta de estudo para o ensino de geografia, a compreensão das afrodescendência na urbanização do lugar a partir da construção da Barragem Banguê, um patrimônio local que foi tratado na história como de autoria européia, diante da dominação instalada na posse dessas terras, desconsiderando o trabalho e conhecimentos realizados com uso de técnicas de mãos negras nessa construção. Uma construção que foi determinante na formação e transformação dos aspectos geográficos locais, na produção da cidade.

Diante do que foi observado nas entrevistas realizadas, a escravização neste território se deu em diversas áreas, não apenas no território onde foi desenvolvido a urbanização do lugar, mas também nas áreas rurais junto aos coronéis e Barões que lutaram para a urbanização do lugar se dá a partir de suas fazendas. A escravização na área urbana do lugar foi negada, diante do discurso da ausência de violências físicas, naturalizando a exploração do trabalho realizado na produção agrícola e pecuária no desenvolvimento de riquezas dos dominadores.

Entretanto, a necessidade em ser problematizada através de um ensino geográfico antirracista, desconstruir antigos conceitos, que foi estruturado na geografia e história do lugar, afastando da população em situação de subalternidade a formação de uma consciência de suas culturas na formação das cidades. A importância da aproximação dos estudantes com esses registros, através do trabalho de campo, propiciando a construção crítica reflexiva sobre o pertencimento étnico espacial na história do lugar.

Dessa forma, propomos pensar uma revisão étnico-espacial da formação do território urbano de Assaré, como possibilidade de aprofundamento no ensino de geografia problematizando sobre a origem desses espaços geográficos locais na perspectiva do reconhecimento das afrodescendências do lugar, como forma de apropriação identitária e pertencimento da população negra no desenvolvimento civilizatório de Assaré, efetivando o que orienta a lei 10.639/03 sobre o ensino da história africana e afro-brasileira nas práticas pedagógicas do ensino de geografia.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Adauto. **Roteiro Histórico e Genealógico de Assaré** – Ceará. Crato: Ed. A província, 2002.

BRILHANTE, Francisco Hugo. **Assaré, eu vi teu centenário**.- Fortaleza: Editora CENE, 2024.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**/ Roberto Lobato Corrêa; prefácio Milton Santos. 4º Ed, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. Africanidade, afrodescendência e educação. **Educação em debate**, Fortaleza. Ano 23. V.2. Nº42. 2001.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. **Tecnologia africana na formação brasileira**/ Henrique Cunha Júnior.- Rio de Janeiro. CEAP, 2010.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. Bairros negros e cidades negras: conceitos necessários para inclusão das populações negras na história das cidades brasileiras. **Revista campo da história**. DOI: 10.55906/rcdhv8n1-017 273-286, 2023. ISSN: 2526-3943

CUNHA JÚNIOR, Henrique. **Tecnologias africanas e educação**/ Texto de Henrique Cunha Júnior / DPAAE-Salvador: EDIFBA, 2023.

MELO. Antonio Crispim. **História do Assaré**. Gráfica: Ábaco. Crato-CE. 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**/ Kabengele Munanga. 5ºed. rev. Amp;2. Reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

RAFFESTIN, Claude.(1993 a) **Por uma geografia do poder**. São Paulo. Ática. 1980.

RATTS, Alecsandro J. P. Fronteiras Invisíveis: territórios negros e indígenas no Ceará. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana. São Paulo: FFLCH-USP, 1996.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. Milton Santos. 5º ed. 2.reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia/ Milton Santos; em colaboração com Denise Elias. 6º ed. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021.

SOUSA, Maria Ismênia Leite de. CUNHA JR. Henrique. A trajetória da dança do coco: memórias, africanidades e educação formal. **XIV Fórum Internacional de Pedagogia -FIPED**. Crato, 2024.

SOUZA, Maria Elena Viana. Relações raciais no ensino superior: experiências de ensino/aprendizagem e pesquisa. In: SOUZA, Maria Elena Viana. (Org). **Relações raciais no cotidiano escolar: diálogos com a lei 10.639/03**. Rio de Janeiro, Editora Rovelte, 2009. p. 63-87